

2021
17/09

**ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de setembro de 2021

19ª

Aos treze dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório – Casa da Cultura de Mogadouro, sob a presidência do excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária.-----

-----Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes trinta e cinco membros municipais dos quarenta e três, que constituem este órgão, assim relacionados:-----

-----Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, António de Jesus Cordeiro, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, José Luís Felgueiras, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, José António Patrão, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade e Manuel dos Anjos Garcia.-----

-----De registar as faltas de comparência à presente sessão dos seguintes membros municipais:-----

-----Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, não apresentou justificação, a mesa considerou falta injustificada;-----

-----Corina Lopes Falcão Xavier, não apresentou justificação, a mesa considerou falta injustificada;-----

-----Alfredo Justino Ribeiro, não apresentou justificação, a mesa considerou falta injustificada;-----

-----Luís José Pinto Lopes, não apresentou justificação, a mesa considerou falta injustificada;-----

-----Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, não apresentou justificação, a mesa considerou falta injustificada;-----

-----António dos Santos Aleixo, não apresentou justificação, a mesa considerou falta injustificada;-----

-----Luís Pedro Martins Lopes apresentou, não apresentou justificação, a mesa considerou falta injustificada;-----

-----Amílcar André Machado, não apresentou justificação, a mesa considerou falta injustificada;-----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos constantes, com a seguinte ordem do dia:-----

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1 ATA DA 18.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JUNHO DE 2021 – PARA APROVAÇÃO.---

1.2 APROVAÇÃO DE VOTO DE PESAR.-----

1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA.-----

1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4 DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – APRECIACÃO.-----

2.2 REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO – INEXISTÊNCIA DE SUGESTÕES APÓS O PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.3 INFORMAÇÃO DO ARQUEÓLOGO SOBRE O PEDIDO DE JOSÉ CARLOS DIAS PEREIRA, DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, NA CATEGORIA DE PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL, DO CHOCALHEIRO DE BEMPOSTA – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.4 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A REDUÇÃO DA TAXA DE IMI PARA O ANO DE 2021 (ARTIGO 112.º - A N.º 1 DO CIMI) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.5 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE FIXAÇÃO EM 0,3% DA TAXA DE IMI PARA OS PRÉDIOS URBANOS RESPEITANTE AO ANO DE 2021, A LIQUIDAR NO ANO DE 2022 (ARTIGO 112.º - A N.º 5 DO CIMI) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.6 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO A SOLICITAR A NOMEACÃO DO GESTOR DE CONTRATO; IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA RECEÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES NO CONTRATO DE CEDÊNCIA (USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO) E SUBMISSÃO DA DELIBERAÇÃO AO ORGÃO DELIBERATIVO – DESPACHO DA NOMEACÃO PROFERIDO PELO SENHOR

PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

- 2.7 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO SOBRE CONTRATO DE CEDÊNCIA – USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO – APROVAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO Nº44/2021 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-
- 2.8 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – PARA CONHECIMENTO.-----
- 2.9 MAPA DA CEDÊNCIA DAS MÁQUINAS NO CONCELHO – PARA CONHECIMENTO.-----
- 2.10 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM4-ANO 2021 – PARA CONHECIMENTO.-----
- 3. OUTROS ASSUNTOS.-----

.....

-----No início da sessão, o senhor presidente leu uma pequena comunicação que o senhor Presidente da Câmara emitiu:-----

-----"*Sendo a última assembleia municipal do mandato de 2017/2021 agradeço a V^a. Ex^a. em meu nome pessoal e de todos os mogadourenses que represento o excelente trabalho realizado em prol do nosso concelho bem como a forma como dirigiu e dignificou a "Casa da Democracia".-----*

-----*Agradeço igualmente a V^a Ex^a que transmita aos restantes membros da mesa da assembleia e a todos os deputados municipais os mais sinceros agradecimentos em meu nome pessoal e do Município de Mogadouro pelo trabalho, dedicação, sentido de responsabilidade e contributo dado em prol do desenvolvimento nos mais variados níveis do nosso concelho de Mogadouro.*"-----

-----Por questões de agenda não pode estar aqui presente na nossa Assembleia.-----

.....

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **1.1 ATA DA 18.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE JUNHO DE 2021 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO:** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da décima oitava sessão ordinária, realizada no dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e vinte e um.-----

-----Não participaram na votação desta ata os membros desta Assembleia Municipal que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- **1.2 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR:** - Por proposta do senhor Presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade,

aprovar os seguintes votos de pesar e apresentar às famílias enlutadas as sentidas condolências:-----

- Senhor José Manuel Prioste Bior, sogro do Presidente de Junta de Vale da Madre, António Frade e cunhado desta Assembleia, Ilídio Granjo;-----

- Senhor Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República de 9 de março de 1996 a 9 de março de 2006.-----

-----INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Foi um senhor com relevante nome e de relevante atividade nacional. A maior parte dos aspetos já foram ditos pela comunicação social. No entanto, a mim chamou-me à atenção um aspeto muito importante no meio deste aglomerado de informações.-----

-----Saiu uma frase que dizia: “*Jorge Sampaio foi o homem que construiu pontes entre pessoas*”. Construir pontes todos podemos construir, uma ponte é uma passagem “de um lado para outro”, mas construir pontes entre pessoas acho que é difícil, dos aspetos mais difíceis que temos. Embora as nossas relações humanas se possam sobrepor a muitas coisas, existem barreiras que nos separam. Barreiras ideológicas, problemas familiares e os mais diversos problemas.-----

-----Chamou-me à atenção este aspeto de interligar as pessoas, fazer delas pontes, pontes que nos levam a sentimentos comuns, sentimentos próprios.-

-----É certo que é reconhecido pelo seu carácter firme, pela sua democracia, pela sua liberdade estabelecida, principalmente na questão de Timor e aqui ficam as minhas palavras simples e singelas em agradecimento desta Assembleia para o Exmo. Presidente Jorge Sampaio.”-----

-----Foi realizado um minuto de silêncio.-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:-----

-----“Em relação a este ponto acho que chegavam as palavras do senhor Presidente em nome da Assembleia. Mas também não considero extemporâneo o minuto de silêncio, aliás, deveria ter sido proposta da mesa, mas houve naturalmente algum descuido, não premeditado, mas houve.-----

-----Para dizer que sentimos a morte do Ex. senhor Presidente da República, um homem concorda-to, tive pessoalmente o empenho de enviar as minhas condolências à família. Foi o Presidente de todos os Portugueses e não se mascarou a ponto de apoiar esta ou aquela facção político-partidária, respeitámo-lo muito enquanto Presidente e exerceu o seu mandato com muita dignidade à semelhança do que fazem todos os Presidentes da República e portanto que Deus o tenha em bom lugar.”-----

----- **1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia desde a última sessão até ao dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um.-----

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve público presente para intervir.-----

----- **1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Inscreveram-se para usar a palavra os seguintes membros municipais: José Francisco Bento Sanches Branco e Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça.

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Quero chamar à atenção do seguinte: como estamos em campanha eleitoral, os assuntos abordados neste ponto que não fossem tendencialmente políticos. Acabam por ser todos políticos, mas para não entrar em suscetibilidades tanto de um lado como de outro. Já tínhamos falado em conferência de líderes, portanto devem ter atenção nesse aspeto.”-

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:**-----

-----“Trago uma situação muito rápida que veio a público no Jornal de Notícias no dia cinco de setembro que é sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta. Vinha em letras grandes que tinha terminado esse Plano para candidatar, no dia trinta e um de março de dois mil e vinte e um. Dizia assim: “59 Câmaras em risco de perder verbas por falta de Planos Contra Incêndios”, e se vissemos o mapa nesse jornal estava lá Mogadouro implícito. Eu queria saber o ponto de situação. Vamos perder alguma verba desse Plano ou se existem outros ajustes nesta situação?-----

-----Da minha parte é só esta notícia, desejo felicidades para o dia vinte e seis mas espero que o PSD ganhe as eleições.”-----

----- **INTERVENÇÃO DA MEMBRO MARIA TERESA AFONSO PIMENTEL VILARIÇA:**-----

-----“Eu gostaria de falar aqui em dois os três pontos que achei importantes para o concelho, de uma maneira geral para todo o concelho.-----

-----Na agenda do senhor Presidente da Câmara verifiquei que teve uma reunião em que abordou e que estão na ordem de trabalhos alguns dos aspetos. Um dos aspetos que me traz aqui é o “*Projeto da criação de uma*”

região demarcada para agricultura orgânica e biológica nos Lagos do Sabor". Aquilo que eu pergunto ao Executivo é o seguinte: porquê só para os Lagos do Sabor? Criar uma região demarcada de agricultura orgânica e biológica acho eu que não deveria ser apenas para os Lagos do Sabor, mas que se conseguisse abranger o concelho. Porque não o Douro Internacional? Não é por estar a puxar a brasa à minha sardinha, mas acho que deveriam pensar nisto. Estou-me a lembrar que há muitos anos atrás toda a linha do Planalto e do Douro Internacional, toda a zona do Douro, foi discriminada relativamente ao Sabor no que diz respeito ao azeite. Havia um apoio que só os produtores de azeite da zona do Sabor, das freguesias do Sabor, tinham ajuda. Todas as outras, inclusivamente Miranda do Douro, ficou excluída toda a corda do Douro do nosso concelho e também Miranda do Douro que não se podia aceder a essa ajuda. Isto aqui, dir-me-ão que é um trabalho técnico, muitas das vezes e quase sempre se sobrepõe o político ao técnico. O técnico terá que ser muito bem fundamentado, porque ao longo destes anos quantos foram excluídos. Mais tarde verificou-se que tinha sido um trabalho mal feito, mas que não houve forma de o remediar. Portanto, penso que nesta fase ainda será possível o Executivo pensar não só nos Lagos do Sabor, mas em algo mais abrangente. É um alerta que eu queria deixar.-----

-----Eu já falei noutra ocasião, e gostaria de saber qual o ponto de situação porque entretanto já houve algumas reuniões relativamente ao Douro Internacional. Penso que o nosso Presidente da Câmara é ele o Presidente e que faz parte da Gestão de Protocolo de Cogestão do Parque do Douro Internacional e também falei em algumas situações complicadas para todos os agricultores que pertencem a essa área. Gostaria de saber depois das várias reuniões com o senhor Ministro do Ambiente e até com a Diretora Regional do Norte, qual o ponto de situação.-----

Outro assunto que eu gostaria que o Executivo nos falasse um bocadinho, eu estou um bocadinho por fora não sei como é que os outros membros da Assembleia estão informados. Relativamente aos Contratos Programa das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, já houve várias apresentações, mas é sempre tudo muito limitado, penso que também devido à pandemia. Acho que o público em geral não tem essa informação. Se fosse possível avançar com este novo programa, não seria mau.-----

-----Outra questão que já foi aqui abordada por mim e não só, até foi apresentada uma moção relativamente ao cadastro predial, portanto, o que gostaria de saber era saber o que se avançou. Qual foi a resposta da Secretária de Estado envolvida na altura que esteve numa reunião, e se achou por bem ou não, se concordou alargar ao concelho de Mogadouro para poder fazer uma atualização do cadastro predial ou se foi rejeitada. Gostaria de saber qual foi a resposta e o que se passa em relação a essa questão? Não vale a pena alargar mais, pois já foi aqui dito as vantagens que teríamos se fossemos integrados nesse grupo de concelhos.-----

Outra coisa que eu ponderei falar aqui nela mas hoje tenho mesmo que falar, porque é de certeza a minha última intervenção nesta Assembleia. Fui deixando, mas hoje não consigo sair daqui sem falar neste assunto, que é exatamente “os meus serviços”, considero meus, porque me empenho bastante neles, do Ministério da Agricultura mais concretamente da Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, agora já não é Trás-os-Montes, mas habituei-me a dizer assim. Portanto, fala-se que o edifício ficou ali, mas não conta só o edifício, os funcionários também contam. Nós somos poucos, os que são agricultores sabem que nós somos poucos. Neste momento somos quatro funcionários, técnicos, porque somos técnicos, mas não temos nenhum administrativo, nem para receber uma chamada, nem para orientar uma pessoa, nem para lhe dar uma informação. As pessoas foram saindo, foram atingindo a idade da reforma e foram-se reformando. Não foram admitidos funcionários para os nossos serviços. A nível administrativo sempre nos foi dito, que só seria possível se alguém da Administração Pública quisesse passar para ali. Eu não sei se a nossa Diretora tentou junto da Câmara Municipal, penso que seria aqui o único sítio que teria funcionários que pudessem ir para os nossos serviços. Pelo que sei, os outros serviços públicos estão com pouca gente, não devem ter forma para dispensar alguém. A nível técnico foram abrindo algumas vagas, mas tudo saiu de Mogadouro. Houve um concurso em que duas vagas eram para Mogadouro, mas foram colocados noutra sítio. Estou a falar nisto porque algumas posições políticas que se tomam ou que não se tomam, têm repercussões no futuro. Nós somos tão poucos e nunca veio ninguém para aqui nem se criaram aqui lugares, porquê? Porque Mogadouro teve uma chefia, na altura era a supervisão e agora são as delegações. A delegação saiu de Mogadouro, na minha opinião decisão política, porque ainda que não tivessem cá pessoas capazes, na minha opinião teriam, poderiam ter ido buscar, seria um casal pelo menos a vir para Mogadouro. Falo nisto porque os locais onde nós temos delegações, os edifícios iguais ao nosso ali na Avenida do Sabor ao abandono estão cheios. O de Mogadouro, se a delegação não tem saído, também estaria cheio, nem que não estivesse cheio, com certeza que seria mais uma forma de criar alguns serviços e de se manterem pessoas no concelho e criar emprego. Isto é uma nota. Relativamente ao edifício não sei qual será o futuro, passará provavelmente pela Câmara, digo eu, o próximo Executivo não sei o que fará, no entanto, na minha opinião, aquele edifício poderia servir para muita coisa, nomeadamente, ser reabilitado e aproveitado para os serviços de Estado que estão a pagar rendas chorudas. Já que está previsto vir tanto dinheiro que o aproveitem para pôr em cada ala um dos serviços, o nosso inclusive porque não está nada bem onde está, e não precisariam de estar a pagar rendas. Em relação aos funcionários é o seguinte: somos quatro e estamos a chegar todos à reforma, eu sou a última, por um lado é bom, por outro lado será mau. Foram extintos os serviços de

G. Neves
(circled)

Miranda do Douro, Vimioso, tudo pela política, foram os políticos que decidiram assim. Nós vamos lá um dia por semana a cada um dos locais, apressadamente, tentar resolver algumas situações, mas não é a mesma coisa. Eu gostaria que os políticos de Mogadouro, seja qual for o próximo Executivo, seja o que está em funções neste momento ou outro, independentemente da cor política, o que interessa é o interesse de Mogadouro e dos Mogadourenses, de todas as pessoas e de todos os agricultores, pois temos um concelho maioritariamente agrícola. Alguém que pegue neste assunto, mas que não deixem acontecer o que aconteceu em Miranda do Douro e Vimioso, simplesmente deixaram fechar as portas. Só depois é que os senhores Presidentes da altura tentaram arranjar um arranjo e a única coisa que conseguiram foi que um técnico de Mogadouro fosse uma vez por semana. Nunca criaram grandes meios, Vimioso sim, mas Miranda do Douro nem por isso, para se conseguir fazer um trabalho como deve ser. Espero que venham técnicos e bom técnicos para assegurar o serviço para todos os agricultores deste concelho, não é nada pessoal, é pelos serviços que eu acho que são muito importantes para o concelho, por isso hoje não poderia ficar ser dar este alerta.-----

-----Quero despedir-me de todos e dizer que foi uma honra estar nesta casa, trabalhar com todos, tenho pena de não ter tido tempo para me dedicar mais um pouco, mas fiz o que foi possível. Queria desejar que o próximo Executivo tenha um bom mandato, seja lá qual for, que vá de encontro ao interesse de todos os Mogadourenses e apelar a todos os membros da Assembleia que procurem ser ativos e participativos, contribuindo com novas ideias que possam beneficiar a todos os Mogadourenses em geral.”---

----- **RESPOSTA DO VICE-PRESIDENTE, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:**-----

-----“Bem-vindos ao último ato deste mandato.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo membro José Branco, e não tutelando este pelouro, o que eu posso adiantar nesta Assembleia, é que o primeiro Plano da Defesa da Floresta Contra Incêndios do Douro Superior foi o de Mogadouro, teve início em dois mil e catorze mas por força da legislação passado cinco anos tinha que ser renovado. A informação que eu tenho e que posso dar é que ele foi renovado pelo técnico florestal da Câmara Municipal, o Engenheiro Tiago, e que aguarda parecer do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). Foi submetido dentro do prazo e aguarda parecer do ICNF para a sua aprovação.-----

-----Em relação aos assuntos colocados pela membro Teresa Vilariça, em relação ao projeto da criação de uma região demarcada para agricultura orgânica e biológica, o que a senhora diz faz todo sentido. Neste momento está a ser desenvolvido através do Baixo Sabor, porque é uma questão de antecipação, digamos assim, ao próximo Plano de Ordenamento de

Albufeira, quando um Plano de Ordenamento de Albufeira for para aprovação era importante já ter vertido para o território esta região demarcada. Garantidamente que se colhermos frutos aí, teremos que ampliar para outra região do concelho. É no Baixo Sabor por esse facto, por estarmos em discussão o Plano de Ordenamento de Albufeira. Porque depois de estar o Plano de Ordenamento de Albufeira aprovado já não pode haver intervenções no território, e aqui estamos a tentar antecipar uma solução para um problema que pode vir no futuro.-----

-----Em relação aos pareceres do ICNF eu não participei nessas reuniões, não posso adiantar muito. Aquilo que posso dizer e que é do conhecimento de todos, eles demoram muito tempo a dar o parecer, é um facto, e isso tem um impacto muito grande na nossa vida, no nosso quotidiano e nas nossas empresas.-----

-----Relativamente à questão dos Contratos de Programa de Gestão de Paisagem, também tendo participado sempre o senhor Presidente, a única coisa que posso dizer é que foi celebrado um protocolo com a APATA, para ser a APATA a gerir estes Planos de Gestão de Paisagem.-----

-----Em relação à questão cadastral eu não lhe consigo responder porque nunca participei em nenhuma dessas reuniões, não tenho informação para prestar.-----

-----Em relação ao edifício da Direção Regional da Agricultura do Norte, percebendo as suas questões, porque lhe dizem respeito diretamente todos os dias mas também é uma questão de orgânica interna do Ministério da Agricultura e sobre isso não nos podemos pronunciar muito, na certeza que porém, que o facto de terem extinguido Vimioso e Miranda do Douro, mais uma vez o concelho de Mogadouro consegue ser aglutinador. Os serviços em Mogadouro fazem com que as pessoas sejam obrigadas a vir cá e sobre esse ponto de vista de gestão local para nós é bom, ao virem cá têm de almoçar, têm que fazer a vida normal.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Concordo plenamente consigo. Poderá e deverá ser em reuniões futuras com a Direção Regional da Agricultura e com os membros que subentendem os aspetos agrícolas e quem estiver no Executivo fazer um *forcing* no sentido de não deixar fechar os serviços. Evidentemente que todos nós percebemos que nós estamos aqui em último reduto e que nos tiram as nossas potencialidades a pouco e pouco e que vamos ficando encruzilhados e sem saída. Esteja quem estiver, o intuito de qualquer Presidente de Câmara ou de qualquer Executivo é sempre no sentido de não deixar fechar os serviços.”-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

----- 2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4 DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA APRECIACÃO:

- Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor Presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta.-----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de nove de junho de dois mil e vinte e um, era a seguinte:-----

“Dívida em 06/09/2021 -----

- A fornecedores	309.289,52€ -----
- A empreiteiros	0,00€ -----
- Empréstimos em dívida	228.025,46€ -----
- Leasings	0,00€ -----
- Encargos para o presente ano	11.520,80€ -----
- Saldo em 06/09/2021 -----	
- Orçamental	5.525.153,99€ -----
- Operações de tesouraria	672.245,62€ -----
- Em documentos	60.192,05€ -----
- Fundos comunitários a receber	292.420,38€.” -----

----- 2.2 REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO – INEXISTÊNCIA DE SUGESTÕES APÓS O PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Começou por usar a palavra a senhora Vereadora da Câmara, Joana Silva, para dizer o seguinte:-----

-----“É uma proposta que o Executivo fez, já vêm com ela desde o ano transato, finalmente chegou para aprovação, já esteve em discussão pública e já esteve em consulta prévia. Como o Município entende como fator económico não pode ser fundamental decisor para continuar os estudos, digamos, dos nossos jovens. Entendemos fazer esta proposta, ela foi aprovada, mas para ser implementada tem de ter a vossa aprovação. Espero que seja aprovada por todos, penso que toda a gente quererá que os nossos jovens sejam ajudados nesse sentido.”-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:-----

-----“Só queria deixar duas notas.-----

-----Eu concordo plenamente com isto, eu já levantei em reuniões anteriores sobre este tema, isto peca por tardio. Eu li a certidão e pelo que eu percebi não houve ninguém que reclamasse ou desse opiniões sobre este assunto. Eu peço, e que fique escrito, nas próximas Assembleias Municipais quando tiver alguma coisa em discussão pública não custa nada mandar isto por email para os membros. Eu só discordo com duas situações e gostava que a vereadora Joana me informasse o seguinte: se por acaso um aluno no segundo ou terceiro ano do ensino superior, só se matricular numa disciplina está dentro deste regulamento? Porque não diz nada sobre essa situação. Outra situação, porquê treze valores? Nota dez tem aproveitamento, acho que treze valores em algumas situações já é um limite muito superior. Acho que tendo positiva ou aprovação em todas as disciplinas para passar o ano, o dez era bom. O aluno com média de doze pode ser um bom aluno. Sabemos que existem alunos que só frequentam duas cadeiras e até trabalham e têm aproveitamento no ensino, deveria estar incluído aqui.”-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Em relação à consulta pública eu posso responder. É pública. Portanto, se é pública nós é que temos de nos informar sobre o que é público. Eu sou professor há vários anos e tenho que ir a saber dos meus interesses, não posso estar à espera que me mandem os comunicados. Está exposto na página da Câmara, é uma obrigação dos cidadãos informarem-se sobre os assuntos do seu interesse.”-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:-----


-----“Parte daquilo que eu queria dizer já foi dito pelo meu companheiro. Mas queria dizer algo sobre este ponto. Eu sinceramente, a alínea f) em que faz referência aos treze valores, para mim, sinceramente, fere um pouco a minha sensibilidade humana, até ética e profissional. Se for um aluno que tenha média de doze já não é abrangido, acho que este ponto deveria ser mais universalista. Para mim foi uma deliberação do Executivo de louvar, porque à semelhança do que fazem a maior parte dos Municípios, hoje grande parte dos orçamentos tem focado para a educação e eu revejo-me profundamente nesta iniciativa que é ajudar os alunos do ensino superior deslocados onde hoje em dia um quarto custa uma fortuna. Se não existir esta inter-ajuda naturalmente que existem famílias que têm muitas dificuldades de colocar os seus filhos a tirar um curso superior. E hoje, por uma questão de lógica educativa, o sucesso de um aluno complementa-se com o ensino superior.

Isto para mim é efetivamente uma medida redutora e que merecia ser rejeitada. É evidente que eu não estou aqui a fazer apelo a votos contra ou votos a favor, é apenas a minha impressão, porque eu referi que este não era o momento nesta reunião de fazer política-partidária, não estejam a ver esta minha forma de comunicar como política-partidária, hoje não é dia, aliás, assumi isso na reunião de conferência de líderes, que hoje não faria participação ativa em defesa de valores e interesses partidários. Todavia, entendo que esta medida deveria ser repensada pelo Executivo no sentido de ser mais transversal e ajudar principalmente as famílias, em que a estabilidade económica é diretamente proporcional ao sucesso dos alunos. Existem casos e casos, há casos em que existem bons alunos oriundos de famílias mais pobres e há péssimos alunos oriundos das famílias mais ricas, porque tem mais dinheiro para gastar. Eu acho que devíamos premiar todos sem exceção. Reprovou ou não completou, terminada a fase do circuito do plano de estudos desse ano, no ano seguinte não era apoiado. Quem era apoiado era um aluno com dez, porque muitos que entram com dez saem com dezoito ou dezanove e são bons profissionais na vida ativa. Se entenderem que deva ser repensado esse ponto para salvaguardar e melhorar o interesse das famílias visto que estamos numa zona pobre, era bom, se assim não for, não contem com a minha concordância. Humanamente está incorreto.”-----

----- **RESPOSTA DA VEREADORA, JOANA FILIPA VICENTE DA SILVA:**-----

-----“Agradeço as sugestões dadas mas houve o período de discussão pública, não podemos estar só interessados em ter documentos e assuntos que são do nosso interesse, existe tanto assunto de interesse municipal nomeadamente este, podiam ter pedido e ser fornecidos. Existem tantos assuntos que são fornecidos, tantos assuntos que vocês sabem, não percebo como não sabem estes. Quanto à nota ou patamar de treze, é assim, isto é um processo dinâmico, um processo que não é definitivo, tenho a certeza absoluta que a partir do momento que entre o primeiro pedido vai ser preciso alterar muito mais que isso. A experiência que eu tenho nestes oito anos, é que, tudo o que é feito, pelo menos todos os regulamentos onde eu tenho intervindo, a partir do momento que temos um caso prático há muito mais a alterar. Eu sou a primeira a assumir e sou a primeira a dizê-lo, agora era importante dar o primeiro passo. É tardio? Talvez. Em oito anos foi feito e a qualquer momento pode ser alterado, quanto ao entendimento da nota do valor de treze foi discutido, foi discutido também em Executivo, por unanimidade concordou-se com o treze, poderá depois de os pedidos virem, o Executivo poderá reparar. Estamos cá para alterar, agora pôr de lado uma proposta, professor Ilídio, por causa do valor ou nem lhe dar hipótese de ela ser experimentada, não concordo. Sem dúvida que concordo consigo, é para

todos é para o benefício de todos e sem dúvida é para chegar àqueles que mais precisam.”-----

9/12


----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Pode ficar a nota do professor Ilídio, pois é uma nota muito importante desse patamar de dez, é significativa e futuramente terá que se reformular alguns aspetos como diz a senhora vereadora. Em todos os regulamentos devem ser reformulados, são dinâmicos e acabam por ser reformulados.”-----

-----*Analisada a proposta remetida pelo órgão executivo, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e um (31) votos a favor e quatro (4) abstenções, aprovar o regulamento para atribuição de bolsas de estudo ao ensino superior do Município de Mogadouro, conforme nos termos do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º, Anexo I, da lei n.º75/2013, de 12 de setembro.*-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:**
DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

-----“Abstenção significa, nem estar a favor nem estar contra, e quero que este sinal de abstenção sirva para, como diz a Vereadora Joana e muito bem, para que na próxima revisão e pela sintonia dos acenos acho que concordaram com ela, mas que sirva para reemendar essa proposta e que tenhamos um projeto muito mais aglutinador e de entreajuda às famílias. É o meu voto de protesto para que seja refletido novamente.”-----

----- **2.3 INFORMAÇÃO DO ARQUEOLÓGO SOBRE O PEDIDO DE JOSÉ CARLOS DIAS PEREIRA, DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, NA CATEGORIA DE PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL, DO CHOCALHEIRO DE BEMPOSTA – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Começou por usar a palavra a

senhora Vereadora, virgínia Vieira, para dizer o seguinte:-----

-----“Trago este pedido de Declaração que seja considerado “Chocalheiro de Bemposta” para Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal, isto porquê? Património temos muito e eu quero que este seja dos primeiros dos muitos que há no nosso concelho. Portanto, eu peço a todos que vejam pelas suas localidades, porque todos temos património. Em todos os sítios existe património para mostrar e não o podemos perder. Eu pedia que o “Chocalheiro de Bemposta” seja declarado de Interesse Municipal, na categoria de Património Cultural Imaterial, é isto que eu venho pedir a todos.”-----

-----*Analisada a proposta remetida pelo órgão executivo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a declaração do “Chocalheiro de Bemposta” Património Cultural de Interesse Municipal, de acordo com a informação do arqueólogo sobre o pedido de José Carlos Dias Pereira.*-----

----- 2.4 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A REDUÇÃO DA TAXA DE IMI PARA O ANO DE 2021 (ARTIGO 112.º - A N.º 1 DO CIMI) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Começou por usar a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----
-----*“Relativamente a este ponto e à imagem de anos anteriores aquilo que se propõem é que se mantenha a redução de Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme o número de elementos do agregado familiar. Portanto, está escalonado, um, dois e três membros do agregado familiar com uma taxa fixa de vinte, quarenta e setenta euros respetivamente. À imagem de anos anteriores, propomos para aprovação.”*-----

----- *“Considerando que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis prevê no n.º 1 do artigo 112.º-A, que os Municípios podem, mediante deliberação da Assembleia Municipal fixar uma redução da taxa a vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código de IRS compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:*-----

N.º dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3	70

----- *Proponho que seja aprovada a redução do IMI para o ano de 2021 nos termos do n.º 1 do artigo 112.º-A do Código do Imposto sobre Imóveis e submeter a deliberação da Assembleia Municipal.*-----

----- *A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta supratranscrita.*-----

----- 2.5 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE FIXAÇÃO EM 0,3% DA TAXA DE

IMI PARA OS PRÉDIOS URBANOS RESPEITANTE AO ANO DE 2021, A LIQUIDAR NO ANO DE 2022 (ARTIGO 112.º - A N.º 5 DO CIMI) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:-----

----- Analisada a proposta remetida pelo órgão executivo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a taxa de 0,3%, do imposto municipal sobre imóveis respeitante ao ano de dois mil e vinte e um, a liquidar no ano de dois mil e vinte e dois.” --

----- 2.6 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO A SOLICITAR A NOMEAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATO; IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA RECEÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES NO CONTRATO DE CEDÊNCIA (USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO) E SUBMISSÃO DA DELIBERAÇÃO AO ORGÃO DELIBERATIVO – DESPACHO DA NOMEAÇÃO PROFERIDO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

*----- Começou por usar a palavra o senhor Vice - Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----
-----“Sobre este ponto, posso dizer o seguinte: as Câmaras são obrigadas a ter um gestor em termos de receção e de comunicação com o exterior sobre diversos ofícios, nomeadamente telecomunicações, empreitadas. Por despacho do senhor Presidente a Câmara Municipal de Mogadouro, deliberou o Engenheiro Abel Varandas ser o gestor destas comunicações com o Município. Tem de existir um técnico superior e a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara foi que seria o Engenheiro Abel Varandas como gestor.”-----*

----- Analisada a proposta remetida pelo órgão executivo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação do despacho proferido pelo senhor Presidente da Câmara, no qual designa o Eng.º Abel Varandas, por parte do Município de Mogadouro, como gestor do contrato e responsável pela receção das comunicações e notificações no contrato de cedência, conforme nos termos do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º, Anexo I, da lei n.º75/2013, de 12 de setembro.”-----

----- 2.7 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO SOBRE CONTRATO DE CEDÊNCIA – USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO – APROVAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO Nº44/2021 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

----- Começou por usar a palavra o senhor

Vice - Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----
-----“Este assunto tem a ver com o contrato da SONORGÁS celebrado entre a Câmara Municipal e a SONORGÁS, entidade gestora do gás natural para todo o território. Este já foi o segundo, já foi aprovado em Câmara e já veio novamente à Assembleia, mas a jurista da Câmara detetou que existia um pequeno lapso num dos artigos. Obviamente que tem de se fazer uma nova adenda ao contrato com essa retificação, caso contrário a SONORGÁS não conseguia comercializar o gás aos clientes/consumidores. Aquilo que se propõem é que seja aprovada esta adenda ao contrato para que finalmente os Mogadorenses consigam ter gás natural em casa.”-----

-----*Analísada a proposta remetida pelo órgão executivo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao contrato de cedência n.º44/2021, referente ao uso privativo do domínio público, conforme nos termos do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º, Anexo I, da lei n.º75/2013, de 12 de setembro.*-----

----- **2.8 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pelo setor de contabilidade.-----

----- **2.9 MAPA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS NAS FREGUESIAS – CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do mapa remetido pela Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais referente ao serviço prestado pelas máquinas bulldozer, e niveladora do Parque de Máquinas da Autarquia nas freguesias do concelho nos meses de junho, julho, agosto e setembro de dois mil e vinte e um.-----

----- **2.10 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 4 – 2021– CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pela Divisão de Contratualização, Informática e Património sobre os compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos referentes aos contratos iniciados no ano de dois mil e dezoito até à presente data.-----

3. OUTROS ASSUNTOS

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:**-----
-----“É sobre o Plano Municipal da Defesa da Floresta, não percebi bem. Por aquilo que conhecemos da comunicação social e no mapa representativo, nós não temos Plano aprovado, por aquilo que o senhor vereador acabou de referir temos Plano aprovado que está sujeito a aprovação do ICNF, portanto,

se vincula ao parecer do ICNF até não termos Plano aprovado. Qual é o que impera: este que foi feito e que não está aprovado pelo ICNF, que é um requisito obrigatório? Ou na sua falta ainda é o anterior, que continua até que seja aprovado? É essa a dúvida que tenho.”-----

----- **RESPOSTA DO VICE-PRESIDENTE, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:**-----

-----“A informação que tenho é exatamente nesse sentido. Como a submissão do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, entrou dentro do prazo, e como o parecer do ICNF é vinculativo, sem isso não é possível ser enviado para Diário da República, vigora o anterior.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOÃO DE DEUS POSSACOS:-**

-----“Parece que foi ontem, que por aqui passei e já lá vão oito anos da minha vida, fiz amigos, muitos dos quais, me acompanharão para sempre. Por isso tenho que me dar por satisfeito. Mas chegou o momento de despedir-me de todos vós. Chegou a hora do adeus, de olhar para trás e refletir em tudo o que aqui vivi ao longo destes oito anos. Sem dúvida, algumas tristezas e conflitos, por tudo aquilo que não consegui fazer, mas, felizmente, por inúmeros bons momentos, de alegria, de vitórias e de cumplicidade. É hora, mais do que nunca, de valorizar as amizades e os conhecimentos aqui adquiridos. O meu agradecimento àqueles que, mesmo de fora, mas sempre presentes, me acarinharam e me apoiaram nos bons e nos maus momentos. Hoje, depois de mais uma etapa da minha vida venho à presença desta Assembleia dizer do fundo do coração: MUITO OBRIGADO! MUITO OBRIGADO! A todos. Espero que para o bem de todos os Mogadorenses que esta continue a ser sempre a casa da democracia onde os assuntos mais prementes para o concelho sejam postos em primeiro lugar. Agradeço aqueles que me acompanharam na gestão da freguesia, indicando os melhores caminhos a seguir. Agradeço a toda esta Assembleia, pela convivência e pelo compromisso compartilhado ao longo destes anos, aos líderes de bancadas, a todos os parlamentares, e restantes funcionários, também presentes, que por vezes caem no esquecimento, mas que faz com que todo este mecanismo funcione, principalmente neste tempo de pandemia que atravessámos. Em suma, a todos, desta Assembleia, pela convivência pacífica e pela confiança sempre em mim depositada. Em especial, à Bancada do PS que, em mim acreditaram, e confiaram, para representar o partido. Tudo o que consegui foi obra do esforço, de dedicação e do compromisso para com os meus conterrâneos. Aos próximos eleitos no dia vinte e seis desejo um bom trabalho e respeito entre todos os colegas dos grupos parlamentares. Espero que continue a haver cooperação entre todos nesta Assembleia, porque cooperar é pacificar e só

assim poderemos ter o sonho de um emprego, de casa própria, de uma boa escola, de um sistema de saúde sólido, direito ao lazer, ao trabalho, à segurança social, enfim direito a sermos felizes. E as pessoas querem ser felizes. OBRIGADO.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ANTÓNIO DE JESUS CORDEIRO:**-----

-----“A minha vida política já vai longa. Faço uma pequena retrospectiva daquilo que foi a minha vida política, não vou dizer tudo, vou dizer algumas coisas que são interessantes para todos nós.-----

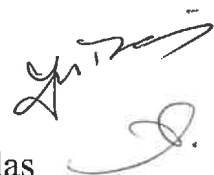
-----Todo o homem ou mulher de bom senso, equilibrados e no uso da razão, tem obrigação de servir a política. Servir a política é servir o público, e servir o público é uma obrigação de todos. Nunca foi minha intenção ser político interventivo e por essa razão, nunca me preparei verdadeiramente para o exercício da política. Estive sempre à espera que aparecesse alguém que quisesse ocupar o lugar de dirigente do PS, em Mogadouro, para eu poder dedicar-me às minhas tarefas particulares por inteiro. Não apareceu e por conseguinte, tive de ser eu a arcar com as responsabilidades de dirigir o partido. Desde 1978 até agora, servi como vereador ou membro da Assembleia Municipal e, quase sempre na oposição. Apenas exerci um mandato como Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e outro como vereador em regime de permanência. O PS em 47 anos de democracia, apenas esteve à frente dos destinos do concelho por duas vezes, num total de 16 anos. E neste percurso, suponho que não participei em dois mandatos, fui resiliente. Quatro mandatos do PS na Câmara, podemos dizer, que foram mandatos muito marcantes para o concelho. A obra está á vista de todos, não vou discriminar, porque isso seria fastidioso, mas a nossa obra, obra que é de todos, não nos envergonha. Nós na vida vamos caminhando quase sempre aos empurrões de uns e de outros, também eu fui sendo empurrado e foi assim que eu vim para a política. A minha motivação na política teve sempre na mira a democracia, que a democracia funcionasse por inteiro em todo o tempo e todo o lado e conseqüentemente também aqui. Infelizmente a pessoa em quem eu acreditei, de início, que seria a aposta certa, logo às primeiras dificuldades, virou as costas ao partido e sem dizer nada, partiu. Depois acabei por ser eu, com outros, dos quais quero destacar a família Cabanal (marido e esposa), merecem esta pequena homenagem, que sempre firmes, assumimos a condução do PS, numa fase em que a imagem do PS era pouco atraente; que o PS era igual ao Comunista, eram assim tal e qual. Reconheço que, de certo modo, fui violentado, pois não me sentia preparado para conduzir o partido e também não tinha disponibilidade de tempo. E foi nestas condições que tive de assumir a condução do PS um pouco ao topa que acerta, porque até aí, nunca tinha tido qualquer formação política, além

daquela que no dia a dia ia interiorizando pela comunicação social que, todos reconhecem, era insuficiente. Na política, como na vida quotidiana, há altos e baixos. Posso dizer que nunca fui bom líder; por não ter tempo, por não ter formação, por não viver na Vila, pode parecer que não, mas, para mim, o facto de não viver na Vila, foi sempre uma grande dificuldade. Tinha a meu cargo a família, que para mim era o mais importante. Por tudo isso nunca pude dedicar-me a sério à política. As minhas vidas; profissional, particular e familiar ocupavam-me todo o tempo, além disso as vias de comunicação, que não eram o que são hoje, eram também outra dificuldade. Em consequência o PS em Mogadouro passou por fases difíceis. A ideia de que o PS era igual ao PCP, num concelho de matriz anticomunista, não foi fácil de apagar, e ainda hoje essa ideia continua a persistir. Tivemos de fazer a travessia do deserto. Fizemos comícios que foram autênticas batalhas campais; por mais de uma vez fomos ameaçados em comícios; chegaram a barrar-me a estrada da entrada para a aldeia. Recordo que uma noite, quando regressava do trabalho, já alta noite, tive de virar para trás e entrar por caminhos ínvios, porque pela estrada, não foi possível, pois tinham colocado na estrada calhaus enormes que eu não conseguia remover. Um dia tentaram virar-me a carrinha aqui na Vila, felizmente no grupo houve um que desanimou os outros, por não ver razão para tal e a coisa parou por aí. Pessoalmente, devo dizer que a mim nunca ninguém me afrontou. Cheguei a andar a colar cartazes e pessoas, atrás de mim, sem que eu visse, a rasgá-los. Digo isto apenas porque para se atingir a maturidade que hoje o PS e a democracia desfrutam em Mogadouro, foi duro e atribulado, apenas para referir algumas das peripécias porque o PS e eu passamos. Fazer as listas para as autarquias e as respetivas campanhas por estrada em macadame e outras em terra batida e esburacada, porque estradas com asfalto, somente as nacionais e a ligação a Bemposta a Meirinhos e da nacional à estação do Variz, eram únicas. Não havia saneamentos; arruamentos e a água canalizada era apenas de nascentes e sem qualquer tratamento, por esse facto havia mais doenças. O estado das aldeias do nosso concelho era degradante. Numa fase em que a sede do concelho começou a ter mais gente, o abastecimento com água das nascentes tornou-se insuficiente para abastecer a Vila e a que havia não tinha qualidade. Ainda há aqui pessoas que se lembram dos autotanques dos Bombeiros e de alguns empreiteiros andarem a transportar água para ajudar a responder às necessidades mais prementes da Vila e algumas aldeias. Pensou-se então numa barragem, mas onde? Foi encomendado um estudo que apresentou seis ou sete localidades para possíveis barragens. Prezo-me de ter participado na escolha do local onde a mesma acabaria por ser construída. É que de todos os locais estudados, seis ou sete, nenhum foi aproveitado, porque nenhum respondia, em meu entender, às necessidades da população. Fui eu, o maior responsável pela localização da barragem no

sítio atual. Fui e não estou arrependido. A localização da barragem foi decidida em minha casa, numa tarde, à hora do lanche, entre mim e os técnicos, (Eng^o e Geólogo), responsáveis pelo estudo prévio. Consegui convencê-los que o melhor sítio para a localização da barragem era esse e eles concordaram comigo. É por essa razão que a nomenclatura, “Bustelo”, local estudado e que pertencia ao Azinhoso aparece no estudo, embora Bustelo fique a três quilómetros a montante da atual localização e por isso e para não atrasar mais o estudo, foi aproveitado o nome do local estudado, mais próximo que era Bustelo, e só por isso é que a barragem, não aparece com a designação Penas Roias, porque esse local não havia sido estudado, de início. Poderão perguntar porquê eu e não um elemento do PSD a acompanhar os técnicos, dado que o PSD era a maioria na Câmara? É que este trabalho poderia criar odiosos e até criou alguns, por isso ninguém do PSD se quis comprometer. Depois, os técnicos apresentaram o estudo e, naturalmente, foi aprovado o local em sessão de Câmara. Fica aqui, agora, contada a história verdadeira da localização da barragem e da confusão do nome da mesma. Suponho que nem os elementos do PSD conheciam esta explicação. Foi a construção desta barragem e o aproveitamento da mesma que proporcionou a mudança da imagem existente da Vila e do concelho. Procurei sempre servir o meu país, o meu concelho e também a minha freguesia. Nem sempre fui bem interpretado e compreendido, mas sempre que me era pedida ajuda para servir aqui ou acolá, se eu entendesse que a minha colaboração era benéfica, nunca recusei. Procurei também nunca responder a provocações. Reconheço que não tenho qualidades para o confronto direto, gosto muito da conversa amena, sempre entendi que não é por falar alto que melhor se resolvem os assuntos, mas se eu entendesse que era necessário tomar posição firme, também a tomava. Hoje já ninguém tem de se preocupar por pertencer ao PS ou ao PSD, porque ambos os partidos em termos de filosofia política são Sociais Democratas, mas noutros tempos, como disse, era bem diferente. Não deveriam existir no país dois partidos Sociais Democratas, na Europa é caso único. Talvez por esse facto se tenham tornado um pouco incompatíveis. Nada amadurece a fruta como o tempo. Hoje é gratificante ver que cada um circula como muito bem entender, politicamente, porque há democracia e respeito para com todos. Mas noutros tempos foi duro. Também os tempos mudaram muito; quando eu era criança jogávamos à bola com bolas de cortiça ou de farrapos e descalços, isto acontecia em muitas aldeias. Onde hoje não há alunos, havia dezenas; quem quisesse estudar depois da quarta classe tinha de ir para Bragança, Porto etc. Porque ainda não havia continuidade de estudos. Quando aqui abriu o Externato em Mogadouro já eu era homem, mesmo assim ainda aproveitei, mas quando me deslocava à aldeia, ia e vinha a pé. Era difícil. Não havia dinheiro e a maioria das pessoas viviam na miséria, por isso, muita gente

emigrou e embora passando por dificuldades, foram melhorando a sua situação social, mas em consequência o país quase parou. Até se mecanizarem as explorações, ainda levou algum tempo e foi necessário substituir a mão que emigrou. Com o 25 de abril tudo mudou, abriram-se novos horizontes. O municipalismo começou a ganhar força e foi a partir daí que o interior começou a ter vida e a desenvolver-se. Hoje ainda não temos tudo, mas comparar os tempos de hoje com os da minha infância, não tem comparação possível, basta dizer que hoje todo o concelho tem água com abundância, canalizada e tratada, tem boas estradas, todas as aldeias têm saneamentos e arruamentos, onde se pode viver tão bem ou melhor do que na cidade. Por conseguinte posso dizer que o meu contributo nesse sentido, apesar de não ser decisivo, foi ajuda para que tal acontecesse e isso me satisfaz. Sei que não fica tudo feito, mas isso também nunca irá acontecer, até porque todas as estruturas têm uma duração limitada e também é necessário que outros aqui se realizem. Por fim quero pedir desculpa a todos aos quais alguns inconvenientes com as minhas intervenções, mas, na política, às vezes, também é necessário tomar algumas posições, por vezes desagradáveis, mas sempre em defesa dos interesses do concelho. Quero também agradecer toda a colaboração e, algum carinho que sempre me foi dispensado pela maioria dos intervenientes. Desejo que todos continuem a lutar pela melhoria das condições de vida de todos os Mogadourenses, sem olhar à cor ou credo, porque esta é a verdadeira razão da nossa existência como autarcas. Despeço-me da política autárquica, como político interventivo, convencido de que esta Câmara que agora termina o seu mandato e pela qual também fui corresponsável, correspondeu e até superou as minhas expectativas. A situação financeira é uma das melhores do País, as grandes obras foram e estão a ser feitas. O concelho está muito melhor e isso deixa-me satisfeito. Quero deixar aqui um conselho a todos os membros da Assembleia e Câmara Municipais; ponham de lado as politiquices. Às vezes fico pensando que alguns supõem que só eles têm direitos, mas os direitos devem ser iguais para todos, na medida em que todos somos Portugueses. Os partidos fazem falta para criar alternativas de poder, mas devem ficar por aí. Peço desculpa a todos, mais uma vez, por qualquer inconveniente que tenha inadvertidamente, criado e pelo qual fosse responsável e despeço-me de todos com um grande abraço, sem qualquer ressentimento e convencido de que cumpri o meu dever de cidadão e de autarca, dentro do possível, naturalmente. É certo que este discurso podia ser um discurso diferente e muito mais longo, mas de momento entendi que deveria ficar por aqui. Mais uma vez, obrigado a todos.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:**-----



-----“Esta é a última sessão deste mandato, em meu nome e em nome das minhas colegas do Executivo, uma vez que o senhor Presidente já o fez, agradecer a forma de um modo geral em como as sessões sempre correram bem sobre a liderança do Professor Jorge e com o contributo de todos. Portanto, de um modo geral, durante estes quatro anos as sessões de Assembleia decorreram sempre com elevação, com respeito e quando assim é, quem sai a ganhar é Mogadouro. Aquilo que desejo é que para o próximo mandato os que ficarem cá que façam esse contributo e esse esforço, para que as coisas corram bem e que tenhamos sempre presente que a minha liberdade termina onde começa a do meu semelhante e vice-versa. Obrigado a todos.”-----

----- **INTERVENÇÃO DA MEMBRO MARIA EUGÉNIA BATISTA CABANAL:**-----

-----“Não era minha intenção vir aqui hoje, mas visto que o meu nome e o do meu marido foram mencionados pelo Engenheiro Cordeiro cujas palavras, agradeço, quero vir aqui hoje despedir-me. Despedir-me da vida política ativa e desta Assembleia. Aproveito também para me despedir de todos os colegas desejando a todos muitas felicidades. Obrigado por tudo.”-

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:**-----

-----“Por acaso ainda não me vou despedir. Quase fiz tudo para me despedir, mas não vou aqui arranjar argumentos que são meus. Vou continuar, entendo que devo continuar, independentemente do figurino político que ficará no dia vinte e seis, acho que vou continuar como sou. Ou seja, autêntico, honesto e naturalmente com sentido de humor que faz sempre falta nestas reuniões, até para avivar o espírito de muitos daqueles que se sentaram nas cadeiras, mas a participação foi nula ou quase nula. Mas o meu respeito para com todos. Queria tecer aqui apenas duas considerações: agradecer ao João Possacos a exposição que fez, ele é merecedor daquilo que disse, foi um Presidente de Junta presente, trabalhou muito bem para a sua terra, ou seja, a nível da Assembleia Municipal esteve sempre ao lado do seu partido e era a obrigação dele e portanto as minhas felicitações e o meu muito obrigado por falares nos grupos parlamentares.-----

-----Em relação à Eugénia, nossa camarada/companheira, companheira intrínseca nesta Assembleia durante muitos anos foi também uma afável militante que o Partido Socialista respeita, a idade também nos leva para outros tipos de descanso e só um indivíduo muito ativista é que persiste em continuar, mas respeito perfeitamente que queira descansar e eu também agradeço o contributo que ela deu sempre nas Assembleias Municipais.-----

-----Em relação ao António Cordeiro, por respeito e consideração não pedi para que a exposição dele fosse tida em conta, dado que ele fez uma boa

exposição mas no fórum do Partido Socialista. Aquilo que ele disse aqui relativamente à Barragem de Bustelos, eu sei o princípio histórico daquela barragem, sei o efeito que trouxe para a prosperidade de Mogadouro, não vou aqui neste momento estar aqui a julgar, a Barragem está lá, o embrião dessa Barragem foi no mandato do Doutor Costa e do Engenheiro Castro. Como cidadão de Penas Roias daria o seu contributo, acredito, todavia aquele fomento ao populismo, acho que podíamos ter evitado, seria mais bem aplicado numa reunião partidária.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:-**

-----“A mim custa-me ter que vir dizer alguma coisa, só vou dizer duas coisas simples. Estamos numa democracia, o senhor membro eleito António Cordeiro, tem todo o direito de vir aqui dizer aquilo que lhe interessa e o que lhe sai da alma. Senhor professor Ilídio, fica-lhe mal estar a criticar a intervenção de um membro que veio aqui despedir-se. Tem todo o direito nesta casa, na casa da democracia fazer a intervenção que ele quiser, muito mais quando se vem despedir. Tivemos alturas em que se fizeram aqui intervenções, algumas delas a acusar A ou B. Nunca ninguém veio aqui rebater, portanto, eu só venho dizer a si, e não sou advogado de defesa do membro eleito Cordeiro, mas tivemos aqui quatro anos, correu tudo tão bem, entendemo-nos sempre, demos todo o contributo necessário para o desenvolvimento e para que o Executivo pudesse governar com a necessidade de aprovar aqui os orçamentos e outros documentos e no último dia criticar a intervenção de um colega que estava bem num fórum do Partido Socialista. Então esta não é a casa da democracia? Não está bem aqui?”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----**

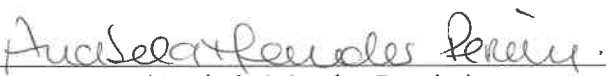
-----“Eu não sou de grandes discursos, vocês já me conhecem. Sou muito emotivo, choro com pouca coisa, mas digo o que me vem na alma e no coração. Vocês sabem disso.-----

-----Tentei e vou tentar sempre dignificar este órgão, porque é o órgão mais importante que qualquer concelho tem. Estas picardias às vezes fazem sentido, fazem sentido porque também é preciso dar dinâmica ao órgão, é óbvio que sim. Por vezes excedemo-nos, excedemos, eu também me excedo e toda a gente se excede. É obvio que no meio disto tudo, e vocês sabem isso melhor que eu, principalmente as pessoas que vieram proferir aqui são pessoas de currículo extenso e por isso tem que falar mais porque passaram muitos anos nesta vida ativa política a quem eu agradeço do fundo do coração, eu aprendi, o meu processo aqui é de aprendizagem e vai continuar a ser. A minha vida é uma aprendizagem e eu aprendi muito com estas pessoas, com vocês todos, sejam do lado A sejam do lado B, e é isso que

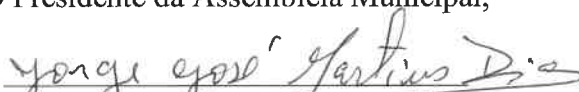
fazem de nós termos uma consonância direta em relação aos assuntos de interesse do nosso Município. O que está aqui em causa é o nosso Município, são as nossas pessoas e fundamentalmente eu sei que todos nós independentemente da cor partidária ou daquilo que nos move, o que nos move fundamentalmente é o interesse dos nossos cidadãos, é o interesse das nossas pessoas, e isso eu vou continuar a lutar com todas as minhas forças, podem acreditar. Esteja no lado A ou esteja no lado B vou ter sempre em atenção e como foco principal o interesse dos cidadãos do concelho, é isso que me move. Um abraço a todos e muito obrigado pela vossa participação.”-

----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final dos trabalhos e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à excecutoriedade imediata dos assuntos tratados, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----
----- Eram onze horas e quarenta e cinco minutos quando o senhor Presidente da Mesa, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi:-----

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal,


(Anabela Mendes Pereira)

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Jorge José Martins Dias, prof.)

Esta ata é constituída por 10066 palavras, distribuídas por 24 páginas e 1008 linhas